

[...] A diversidade da realidade brasileira, assim como os aspectos culturais, não são considerados pela esquerda brasileira. Esse desconhecimento cria obstáculos para unificação das forças. Na medida em que o discurso da vanguarda revolucionária não sensibiliza outros grupos subalternos, e que. Com isso, não criam uma base social hegemônica [...]

Caio Prado Jr¹

Intelectuais Marxistas e a Questão Racial: uma relação mais que necessária nos nossos dias.

Mário Luiz de Souza²

Resumo

Fazendo uso do pensamento de Antônio Gramsci, esse artigo tem por objetivo demonstrar que diante do predomínio do pensamento pós-moderno e neoliberal na condução da forma de luta de setores do Movimento Negro, tornasse fundamental que os intelectuais marxistas critiquem esse processo mas que também proponham uma abordagem sobre a questão racial tendo como enfoque a relação raça e classe, na qual essas duas determinações sejam trabalhadas tanto nas suas especificidades quanto nos seus aspectos relacionais, como forma para se entender os problemas da população negra na atual fase do capitalismo brasileiro. Para isso, a postura economicista, que prevaleceu entre partidos de esquerda e intelectuais marxistas, salvo raras exceções como Florestan Fernandes e Octávio Ianni, que subsumia a questão racial a questão de classe, sustentando que os problemas da população negra só seriam resolvidos quando fossem equacionados os problemas de classe, deve ser definitivamente abandonada.

Palavras chaves: raça, intelectuais, classe, racismo, trabalhadores.

Marxist Intellectuals and the Racial Question: a relationship more than necessary in our day.

Abstract

Using the Antonio Gramsci thoughts, this article has as an objective, shows that beyond the predominance of the post modern and neoliberal thoughts in the conduction of the form of discussion of sectors in the Black Movement, made fundamental that the Marxist intellectuals criticize this process, but also propose an approach about the racial question having as focus the relationship between race and class, on which these two determinations would be worked in yours specificities and in yours relational aspects, as a form to understand the problems of the black people in the current phase of the Brazilian capitalism. For that, the economic stance, which prevailed between de leftist parties and the Marxist intellectuals, save few exceptions as Florestan Fernandes and Octavio

¹ Prado Jr, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1972, página 20.

² Doutor em Educação e professor do Mestrado em Relações Étnico Raciais do CEFET-RJ. Endereço eletrônico: maralols@uol.com.br.

Ianni, that subsumed the racial question to a class question, supporting that the black people problems only would be solved when the class problems were equated, should be definitely abandoned.

Key words: race, intellectuals, class, racism, workers.

Introdução

Entre certos setores da esquerda, tem vigorado uma concepção de que o debate sobre a questão racial e a forma de luta predominante no movimento negro, contra condições sociais, econômicas e culturais que se abatem sobre a população negra, se situa dentro dos marcos estipulados pelo pensamento neoliberal e o pensamento pós-moderno, favorecendo o processo de despolitização e fragmentação da classe trabalhadora.

Esse artigo, baseado nas ideias de Antônio Gramsci, parte do princípio de que por mais que haja toda uma lógica nessa crítica encaminhada pelos intelectuais de esquerda, em especial os marxistas, isso não deve servir para afastar esse grupo do debate sobre os problemas raciais e sua superação na sociedade capitalista brasileira. Assim sendo, o objetivo desse artigo é demonstrar que para atuar junto ao movimento negro, os intelectuais marxistas têm que abandonar a premissa que vigorou entre alguns setores da esquerda, ao longo do século XX, de que os problemas raciais na sociedade brasileira são frutos apenas da exploração de classe e só seriam resolvidos através da luta de classes. Para isso, os setores de esquerda têm que estar cientes de que a relação raça e classe, nas suas particularidades e nas suas interrelações, sem que uma fique subsumida a outra, é um componente central para se entender a situação da população negra e a superação dos históricos problemas que essa parcela substancial da população brasileira é submetida no capitalismo brasileiro.

O tratamento de intelectuais marxista e de setores de esquerda diante da questão racial

A relação entre setores de esquerda e a questão racial tem sido marcada por posições contraditórias e complexas. Em termos de construção do conhecimento, foram alguns intelectuais marxistas, ao longo dos anos de 1950 e de 1970, que produziram as primeiras grandes obras relevantes sobre a questão racial e a presença do racismo na sociedade brasileira. Intelectuais marxistas como Octavio Ianni e Florestan Fernandes criaram um conjunto de obras que podem ser apontadas como uma verdadeira revolução na abordagem da questão racial no Brasil. Florestan Fernandes, por exemplo, se dedicou

a essa temática demonstrando, entre outras coisas, o mito da existência no Brasil de uma democracia racial; a força da ideologia racista na sociedade brasileira; e o quanto a relação raça e classe são elementos fundamentais para o entendimento da situação social e econômica da população negra³. Sobre esse último ponto, Florestan Fernandes defendia que os intelectuais e partidos de esquerda cometiam um grande erro ao não perceber o potencial revolucionário que havia na relação raça e classe:

Essa interpretação global contém uma mensagem clara aos companheiros que tentam refundir e reativar o protesto negro. É preciso evitar o equívoco do “branco de elite”, no qual caiu a primeira manifestação histórica do protesto negro. Nada de isolar *raça e classe*. (...) A realidade histórica de hoje é a mesma. Não obstante, desvinculada da estrutura de classe da sociedade brasileira atual, da marginalização secular que tem vitimado o negro nas várias etapas da revolução burguesa e da exploração capitalista direta ou da espoliação inerente à exclusão, os estoques raciais perdem o seu terrível potencial revolucionário e dilui-se o significado político que o *negro* representa como limite histórico da descolonização (negativamente) e da revolução democrática (positivamente). Portanto, para ser ativada pelo negro e pelo mulato, a negação do mito da democracia racial no plano prático exige uma estratégia de luta política corajosa, pela qual a fusão de “raça” e “classe” regule a eclosão do Povo na história. (FERNANDES, 1989, p.18)

Apesar da importância dessa revolução sobre a abordagem na temática racial, promovida por esses intelectuais marxistas, não houve um grande número de trabalhos referentes a essa abordagem entre pesquisadores marxistas. No período durante e após a década de 1980, autores marxistas se dedicaram obras abordando temáticas, entre outras, como educação, Estado, movimento operário, industrialização e mundo do trabalho, mas a questão racial foi pouca abordada⁴. Mesmo nos trabalhos sobre movimentos sociais o movimento negro não recebeu a atenção devida, predominando a temática do movimento operário, movimento dos camponeses e outros movimentos de cunho urbano e rural. A questão do negro esteve mais presente quando o objeto de estudo era a escravidão, fora isso pouco se produziu sobre o problema do negro. Tal fato fica tangível quando se percebe que até há pouco tempo não havia eixos temáticos ligados a questão racial em congressos marxistas.

³ Nesse caso, entre outros, destaco: FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes Vol 1*. São Paulo: Editora Globo, 2008. FERNANDES, Florestan *A Integração do Negro na Sociedade de Classes Vol 2*. São Paulo: Editora Globo, 2009. FERNANDES, Florestan e BATISTE, Roger. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Global, 2008.

⁴ Mesmo assim tivemos autores marxistas que escreveram relevantes obras sobre a questão racial, como: Alberto Guerreiro Ramos, Leila Gonzales, Clovis Moura e Carlos Hansembalg, entre outros.

Creio que esse tratamento reservado a questão racial no campo marxista, resulta do predomínio da abordagem epistemológica e política, nos setores de esquerda, de que a questão racial no Brasil seria fruto da exploração de classe e que sua solução se daria na arena da luta de classes. Sob esse ponto de vista, há uma tensão entre parte dos marxistas, e setores de esquerda, com certas organizações e intelectuais do movimento negro.

Desde que o movimento negro surgiu após a Abolição, uma de suas principais ações políticas residiu na luta para convencer a sociedade brasileira e o Estado de que havia um preconceito e a uma discriminação racial que criava sérios entraves para a realização da população negra na sociedade competitiva brasileira. Essa abordagem política tomou uma maior consistência e envergadura, enquanto luta social e ação política, a partir do surgimento da Frente Negra Brasileira, em 1931, e depois continuou a ser a base da luta de outras formas de organizações do movimento negro, com destaque para o Teatro Experimental Negro, em 1945, e o Movimento Negro Unificado, em 1978. Tal demanda vinha acompanhada da tese de que o combate frente as condições sociais, econômicas e culturais que a população negra sofria, requiritava duas ações políticas fundamentais: o primeiro seria o Estado reconhecer que havia no Brasil um racismo que engendrava fortes obstáculos para a população negra se realizar na sociedade brasileira; e o segundo que o Estado teria que pôr em prática determinadas políticas públicas para combater os entraves gerados pelo preconceito e a discriminação racial sobre os negros.

No transcorrer dessa luta do movimento negro, os partidos de esquerda e uma parcela substancial dos intelectuais de esquerda assumiram uma posição que dificultava a inserção das demandas específicas desse movimento. Em termos gerais, datando nossa abordagem entre 1922 e 1990⁵, podemos dividir essa posição em duas fases. Na primeira fase, aproximadamente entre 1922 e 1960, predominou a ideia difundida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), de que a situação da população negra se explicava pela exploração da classe burguesa e que a solução viria com o estabelecimento da sociedade socialista. Na segunda fase, aproximadamente de 1960 a 1990, os setores de esquerda passaram a reconhecer a existência e o problema do racismo na sociedade brasileira, porém mantiveram a centralidade da questão de classe e a forma de resolver o problema da população negra presente na primeira fase. Em outras palavras, em ambas as fases vigorou nos partidos de esquerda a posição de que o problema do racismo no Brasil seria

⁵ O ano de 1922 é porque foi devido a criação do Partido Comunista do Brasil e o ano de 1990 é quando começam os movimentos na sociedade civil brasileira para criação da hegemonia neoliberal.

resolvido apenas no âmbito da luta de classes e com o término da sociedade capitalista. Por isso, não é de se estranhar que a questão racial não fazia parte dos programas políticos da maioria esmagadora dos partidos de esquerda: “[...] A única exceção foi o Partido Comunista do Brasil (PCdB), que em seu manifesto-programa de fevereiro de 1962 mencionou posição contrária a todas as formas de racismo, referindo-se à realidade brasileira do negro brasileiro” (SANTOS, 2005, p.24).

Nem mesmo no Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de suas fortes ligações com os movimentos sociais, teve uma posição diferente quando surgiu, como podemos constatar a partir dessa relação feita por Florestan Fernandes:

[...] O PT precisa avançar muito para acompanhar o processo de luta que emerge por dentro e desses estratos da população. Porque, nessa esfera, não basta apontar para o caráter emancipador do socialismo proletário. É preciso que o socialismo proletário venha embebido de um impulso radical profundo que ultrapasse a libertação coletiva da classe trabalhadora e destrua, até o fim e até a fundo, a opressão racial. (FERNANDES, 1989, p.24)

No seu livro “*O Quilombismo*”, Abdias Nascimento, um dos maiores intelectuais orgânicos do movimento negro, num subitem intitulado “*A Raça Negra e os Marxistas*”, emitiu severas críticas ao marxismo, sustentando que esse pensamento em nada contribuiu para a luta social do povo negro. Esse intelectual sustentava essa posição afirmando que os marxistas não davam a relevância devida ao racismo, sempre subsumindo essa determinação a determinação de classe: “[...] São raros os exemplos de marxistas não-dogmáticos, capazes de respeitar democraticamente a experiência histórica da qual derivam os meios revolucionários do combate negro. Via de regra o que se vê é a intolerância [...]” (NASCIMENTO, 1980, p.177). O que chama atenção nesse texto de Abdias Nascimento é que nas 13 páginas na qual se dedica a expor os argumentos que usa para legitimar essa sua posição, a crítica à teoria marxista reside em apenas 3 páginas, enquanto a crítica à ação política dos militantes dos grupos marxistas, com relação à questão racial, predomina nas outras 10 páginas. Nessas, Abdias Nascimento se dedicou a relatar casos nos quais militantes marxistas, sempre valorizando a questão de classe em detrimento do combate ao racismo, desprezavam a ação política de militantes negros.

Em resumo, tirando algumas exceções, prevaleceu entre os intelectuais de esquerda e membros dos partidos e organizações de esquerda, uma abordagem contraditória com relação à questão racial. Mesmo reconhecendo o problema do racismo e propondo a relação raça e classe para superação dos problemas da população negra, uma

parcela substancial dos setores de esquerda subsumiam a questão racial à questão de classe. Esse fato, não pode ser deixado de lado, para entendermos porque em termos epistemológicos e políticos a questão racial não configurou com maior vigor nas ações de alguns intelectuais marxistas e não recebeu destaque nos programas dos partidos de esquerda.

Os intelectuais de esquerda e a questão racial diante do pensamento pós-moderno e neoliberal.

Sem querer entrar em maiores aprofundamentos sobre o pensamento pós-moderno, resumidamente podemos citar que diante da crise de paradigmas que o mundo se encontrava no final do século XX, os pós-modernos passaram a atacar métodos de validação das ciências até então aceitos pelos diversos ramos do pensamento; a propor um relativismo extremo no qual não existiria mais a verdade, mas diversas verdades (todas igualmente válidas); e que as metas-narrativas, como o liberalismo e o marxismo, não davam mais conta para se entender a realidade multifacetária que passou a compor a realidade social. Sobre esse último ponto, os pós-modernos passaram a propagar que para se entender e atuar sobre a realidade, categorias como classe perderam a sua eficácia epistemológica e política. Em seu lugar, os pós-modernos passaram a defender que o entendimento e a mudança da realidade se daria apenas pelo estudo e pela luta política de grupos sociais como negros, mulheres e homossexuais, centrado na questão da “diferença”, da “identidade”, da “cultura” e das demandas específicas desses grupos.

Mesmo destacando que nem todos os pós-modernos comungam do mesmo conjunto de critérios epistemológicos e políticos, Wood (1999) sustenta que as premissas apresentadas sobre esse tipo de pensamento dificultam a luta pela superação da sociedade capitalista. Para essa autora, a proposta pós-moderna legitima e impulsiona a fragmentação das lutas sociais, destituindo o seu caráter de classe e aprofunda os grupos sociais na sociabilidade capitalista. Sob essa lógica, a ação política para realização humana não se pautaria pelo estabelecimento de um novo tipo de sociedade contrária aos fundamentos do capitalismo, mas da inserção dos grupos sociais em melhores condições de usufruir as benesses desse sistema: “[...] Para o pós-modernismo corrente (...), com sua visão de mundo ainda enraizada na “idade áurea” do capitalismo, o aspecto dominante do sistema capitalista é o “consumismo”, a multiplicidade de padrões de consumo e a proliferação de estilos de “estilos de vida” (WOOD, 1999, p.15). Desta forma, a inserção de lutas sociais, como a questão racial, na lógica pós-moderna, dificulta que as

contradições do sistema capitalista sejam apreendidas por aqueles que mais sofrem com esse processo:

[...] Quando os setores menos privilegiados da classe trabalhadora coincidem com as identidades extra-econômica como gênero e raça, como acontece frequentemente, pode parecer que a culpa pela existência de tais setores é de causas outras que não a lógica necessária do sistema capitalista. (WOOD, 2003, p.229)

Em consonância com a proposta pós-moderna, os neoliberais também encaminharam uma formulação de resolução dos problemas sociais pautada pela fragmentação das lutas sociais e maior inserção dos indivíduos na sociabilidade capitalista. Essa ação se daria através do terceiro setor, ou seja, órgãos privados que sem *fins lucrativos* prestariam serviços a sociedade. Seriam instituições, fundações e organizações não governamentais (ONGs) que através de recursos públicos e privados, ofertariam para a população serviços na área cultural, educacional, assistencial, formação profissional, entre outros.

Essa proposta de atuação passou a vigorar no Brasil, a partir de 1990, com a hegemonia neoliberal. Apesar da importância da formação de relevantes instituições e fundações envolvidas nesse processo, como Instituto Airton Senna, Fundação Bradesco e Fundação Roberto Marinho, as ONGs foram os principais órgãos pelo qual essa forma de atuação passou a vigorar. Como essas ONGs, normalmente, se caracterizam pelo trabalho social junto a um público específico, reforçou-se a concepção de que os problemas sociais não se resolveriam através de políticas universais e movimentos de classe. Pelo contrário, seria uma luta fragmentada e de inserção na lógica capitalista, em termos morais e intelectuais. Como Gohn sustenta: “[...] O sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados. Sozinhos, esses múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado”. (GOHN, 2010, p.22)

Nesse processo, incorporando bandeiras de setores de esquerda e progressistas de forma resignificadas, determinadas expressões históricas na luta social como identidade de classe e desigualdade, passam a ser substituídas por identidade de grupo e diferença, respectivamente. Tal mudança não pode ser vista como um simples aspecto semântico. Longe disso, representa, na verdade, uma nova configuração ética e política ditada pela ideologia neoliberal, para o enfrentamento das questões sociais: “[...] *Desigualdade* não

é o mesmo que *diferença*. A diferença reflete a diversidade da espécie e de suas formas de organização política e de expressão cultural. A diferença, que pode ser bem-vinda, difere assim da desigualdade, que certamente nunca deve ser tolerada”. (GOHN, 2010, p.23)

Essa nova forma de atuação sobre os problemas sociais, passou a se constituir na principal forma de luta do movimento negro, a partir das duas últimas décadas do século passado, quando houve uma forte expansão de ONGs ligadas a questão racial na sociedade civil. Nesse novo formato de atuação pelos direitos da população negra, o movimento negro encontrou uma conjuntura mais favorável para debater o racismo na sociedade brasileira e as ações para debelar esse problema, favorecendo o crescimento de ONGs voltadas para o problema racial. Ao contrário de outros períodos, por exemplo, a maioria da população brasileira, nos mais diferentes estratos sociais, passou a reconhecer que na sociedade brasileira existia um racismo que gerava sérios problemas para a população negra. Mas a principal mudança que houve naquela conjuntura, foi que o Estado, a partir de 2001, mudou radicalmente a postura que historicamente vinha mantendo sobre a questão racial, passando a assumir que no país nunca houve uma democracia racial e sim um racismo que vinha ceifando a população negra, ao longo da história. Após essa mudança, o Estado defendeu e passou a pôr em prática um conjunto de políticas de ações afirmativas, de corte racial, alegando serem fundamentais para combater o racismo e para que a população negra pudesse ter condições para superar as décadas de exclusão e de pobreza a que foram submetidos na sociedade brasileira, devido ao preconceito e a discriminação racial. Mesmo que as ações de políticas afirmativas tenham gerado resistências e algumas tensões sociais, principalmente na parte sobre cotas raciais nas universidades públicas, não há como negar que nessa nova conjuntura o movimento negro conseguiu ver boa parte de suas demandas históricas serem respondidas pelo Estado⁶.

Inseridas nessa forma de atuação na luta social pelos direitos da população negra, as ONGs ligadas ao movimento negro se notabilizaram por suas atuações em duas ações

⁶ Entre outras, podemos citar: Lei 10639/2003, estipulando o ensino da África e dos afrodescendentes no Brasil; Lei 12288/2010, Estatuto de Igualdade Racial; Lei 12711/2012, estipulando o sistema de cotas nas universidades pública federais e nas escolas técnicas federais. Essa mudança do Estado houve no período no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003, mas a maioria das ações afirmativas houve no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e continuou no governo da presidente Dilma Rousseff (2011 até o momento)

políticas. Uma consistiu na luta contra o racismo, procurando denunciar os atos de preconceito e discriminação racial para mídia e as autoridades competentes; na legitimação com relação a implementação das políticas de ações afirmativas; e no processo de tentativa de conscientização do negro na luta pelo reconhecimento de sua raça. Para isso, muitas ONGs se dedicaram a valorizar a estética negra, as religiões de matriz africanas, a música negra, a história de personalidades negras e outros aspectos que enalteceriam a identidade negra. O outro viés seria a atuação na área educacional, atuando na formação de cursos de pequena duração voltados para o mundo do trabalho; no estabelecimento de vestibulares comunitários; e na expansão do capital cultural dos membros do local onde estavam atuando. No âmbito do conjunto dessas duas ações, podemos afirmar que essas ONGs se destacaram na luta contra o racismo e na valorização da população negra.

Porém, esse mesmo sucesso, fez com que as ONGs ligadas a questão racial se transformassem em modelos que legitimavam a proposta neoliberal de enfrentamento da questão social. Realmente, nessas ONGs vigorou a proposta da ação política para resolução da questão do negro calcado no ataque ao racismo, no fortalecimento do processo da identidade negra, no respeito a diferença racial e na defesa das políticas de ações afirmativas, excluindo desse processo a questão de classe e a exploração das relações sociais capitalista. Sob essa base, o problema da população negra seria apenas de raça, com o racismo sendo a única determinação, ou aquela que gera todas as outras determinações, que gera todos os entraves sociais, econômicos e culturais que impediam o negro se realizar na sociedade brasileira, sendo as políticas de ações afirmativas algo fundamental para mudança desse quadro.

Como se pode observar, a incorporação por setores do movimento negro do pensamento pós-moderno e da proposta neoliberal para o enfrentamento dos problemas da população negra, não poderia passar sem uma crítica vigorosa por parte dos intelectuais de esquerda, em especial os marxistas. Munidos de uma análise das contradições do sistema capitalista na fase atual, como também das distorções ideológicas presentes no pensamento neoliberal e pós-moderno, muitos desses intelectuais emanaram fortes críticas ao uso de políticas de corte racial. Esses intelectuais sustentaram que esse formato de luta social, apenas servia para aprofundar a inserção do negro na sociedade capitalista e fragmentar a luta dos trabalhadores contra a sua maior opressão, o sistema

capitalista. Para alguns desses intelectuais, somente na arena da classe os problemas da população negra seriam resolvidos, entre eles o racismo.

Parte dessas críticas tomam uma maior consistência, se atentarmos para o fato de que diante do novo bloco histórico que passou a se constituir no contexto brasileiro, a partir do final do século XX, o pós-modernismo e o neoliberalismo tornaram-se as ideologias que passaram a fornecer o cimento social para sustentar as modificações na organização econômica e nas novas formas de organização do trabalho, favorecendo a dominação da classe dominante brasileira. Em resumo, possibilitaram a classe dominante dar a direção moral e intelectual a sociedade, ou seja, agir como classe dirigente.

Como Coutinho (2006) destacou, a dominação de classe burguesa no Brasil sempre se realizou muito mais pela via da dominação do que pela direção ética e política, com a burguesia brasileira abrindo mão de agir como classe dirigente. Nem mesmo a inclusão subordinada da classe trabalhadora, como atores políticos e sociais, durante os governos Vargas e Kubitschek, facilitando a acumulação de capital e a reprodução da riqueza da burguesia nacional, retirou o receio da burguesia em ter um projeto societário com a inclusão dos trabalhadores que não fosse pela via da coerção ou da exclusão dos direitos democráticos. O neoliberalismo e o pensamento pós-moderno, forneceram as condições ideológicas ideais para as classes dominantes brasileiras terem em suas mãos os instrumentos para construir uma concepção de mundo na qual puderam, ao lado de uma violência de classe, inserir a participação dos trabalhadores, através da obtenção de um consenso em parcelas substanciais da população com relação ao seu projeto societário.

Diante dessas análises, não há como negar a validade das críticas de intelectuais marxistas a adoção pelo movimento negro das propostas neoliberais e pós-modernas. Afinal, como aponta Coutinho: “[...] O pós-modernismo tem tudo a ver com o neoliberalismo: ambos se voltaram para a despolitização geral da sociedade, e conseqüentemente, da cultura” (COUTINHO, 2008, p.329).

Não obstante a essas críticas, uma questão fica para nós marxistas. Como devemos agir diante dessa situação?

O Intelectual marxista e a questão racial num mundo dominado pela hegemonia pós-moderna e neoliberal.

As posições de Gramsci sobre os intelectuais orgânicos e, principalmente, dos intelectuais orgânicos voltados para os interesses da classe trabalhadora e das classes subalternos, fornecem subsídios teóricos e políticos para pensarmos numa ação dos

intelectuais marxistas, frente ao predomínio das propostas do pensamento pós-moderno e do pensamento neoliberal em alguns movimentos sociais. No caso, desenvolveremos esse argumento tendo como foco a questão do negro na sociedade brasileira, mas os princípios que serão desenvolvidos servem também para outros movimentos sociais.

Para Gramsci, o intelectual orgânico é aquele que busca da organicidade ao grupo social ao qual representa atuando na sua: “[...] homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2001, p.20). Sendo que os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e das classes subalternas, divergem dos objetivos ideológicos e da ação política dos intelectuais orgânicos das classes dominantes. Enquanto esses últimos atuam buscando legitimar e obter um consenso ativo entre os membros da sociedade civil, da sociedade política, da classe trabalhadora e das classes subalternas, favorável a concepção de mundo das classes dominantes, os primeiros trabalham na construção de um processo contra-hegemônico que teria por finalidade elevar as massas a capacidade intelectual e política de compreender e sentir os processos ideológicos, culturais e políticos que favorecem a hegemonia das classes dominantes e trabalhar pela construção de uma concepção de mundo mais afeita aos interesses das classes trabalhadoras e das classes subalternas.

Contudo, para Gramsci (1999) esse processo deve se pautar pela relação dialética e democrática entre os intelectuais e o povo. Para esse pensador marxista, um intelectual que esteja voltado para os interesses do povo, não deve ter uma postura marcada pela arrogância intelectual de quem detém todas as condições para estabelecer uma nova concepção de mundo, sem estar em contato com as percepções, necessidades, desejos, sentimentos e aspirações do povo. Esse ativo contato entre o intelectual e o povo, de acordo com Gramsci não deve ser visto como uma intervenção na concepção científica e de mundo do segundo com relação ao primeiro. Acima disso, seria um aspecto relacional no qual, de forma pedagógica, o intelectual marxista teria condições de compreender as “paixões” e as demandas do grupo social que representa, pois: “[...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante)” (GRAMSCI, 1999, p.100). Para Gramsci essa relação é fundamental para que se estabeleça um processo ético-político em consonância com uma nova concepção de mundo que venha aos interesses dos setores dominados, porque ao compreender, e não

apenas saber, “as paixões emanadas do povo” os intelectuais terão condições de estabelecer uma ação política-histórica através delas.

Sobre esse processo de apreensão das aspirações do povo, Gramsci sustenta que um dos principais obstáculos para o intelectual marxista viver essa relação dialética e democrática com as massas, reside na distorção que o economicismo, engendra na análise marxista, não apenas: “[...] na teoria da historiografia, mas também e sobretudo na teoria e na prática política [...]” (GRAMSCI, 2001, p.53).

Sustentando que Marx e Engels sempre rejeitaram análises mecanicistas e deterministas de qualquer tipo, Gramsci defende que o economicismo restringe as condições empíricas e analíticas para se constituir uma construção mais consistente da gênese dos fenômenos sociais que se busca estudar e compreender. Condicionar o econômico como um fator que inexoravelmente determina os fatores políticos, culturais e ideológicos, reduz a gênese dos processos históricos, políticos, filosóficos e sociais, a fórmulas esquemáticas onde a construção do conhecimento serve apenas para legitimar e afirmar suposições e análises pré-determinadas.

Ancorado nas amarras do economicismo, portanto, o intelectual marxista perde a visão de totalidade, tão fundamental para o materialismo histórico, e reduz a sua análise dos fenômenos sociais a uma única determinação. Nesses termos, acaba suprindo do seu estudo a dinâmica social e a ação política do sujeito coletivo que, partindo da concepção de mundo de sua classe e das particularidades emergentes das demandas específicas da sua fração de classe ou grupo social ao qual pertence, busca responder as necessidades históricas que se defronta. Em outras palavras, com o economicismo o intelectual marxista retira de sua análise social todo um amplo processo social e todo o conjunto de contradições e complexidades que estão presentes na realidade social.

Essa abordagem teórica, demonstra que a visão economicista que vigorou no transcorrer do século XX, entre parcelas dos intelectuais marxistas, sobre as explicações para o entendimento da situação da população negra na realidade brasileira, colocando a questão racial subsumida a questão de classe, deve ser descartada como instrumento para a construção do conhecimento e ação política junto ao movimento negro. É lógico que um intelectual marxista que se debruça sobre essa temática, não pode perder de vista a questão de classe. Além de ser uma determinação fundamental, a maioria da população negra está situada na classe trabalhadora e nas classes subalternas, sofrendo os mesmos processos de exploração, exclusão e espoliação dos membros dessa classe, independente

da raça desses. O que afirmo, é que a análise marxista sobre os problemas da população negra deve sempre estar atenta a determinação de raça e a determinação de classe, verificando o quanto nas suas especificidades e nos seus aspectos relacionais atuam sobre a população negra no sistema capitalista, como Ianni nos ensina:

Penso que é impossível, ou muito difícil, compreender as condições de resoluções dos problemas raciais, os Estados Unidos, África do Sul, Inglaterra, Índia, Brasil ou outros países, se a análise não apreende os conteúdos e as implicações políticas das tensões e antagonismos raciais. Para isso, entretanto, é indispensável que a análise passe pelas relações sociais estabelecidas pelo modo de apropriação do produto do trabalho social (IANNI, 1978, p.128)

Por mais que a questão de classe seja uma determinação fundamental, e deixar isso de lado representa deixar de ser marxistas, não há como entender os problemas da população negra sem levarmos em consideração a questão racial, em especial o racismo. Se tanto sobre o trabalhador branco como o trabalho negro recai todo o grau de exploração e exclusão gerado pela forma como as classes dominantes se apropriam da maioria da riqueza socialmente produzida e da privatização do Estado, sobre o trabalhador negro, além disso, recai toda uma carga de preconceito e discriminação racial que aumenta a exploração e a exclusão que esse vive na sociedade brasileira.

Numa sociedade racista como a nossa, o racismo pode estar presente nos mais diferentes espaços sociais. Na mídia, na escola, na igreja, no trabalho, na universidade e nos mais diferentes lugares, com o negro sofrendo os mais diferentes impactos decorrentes das visões preconceituosas e discriminatórias sobre a sua raça. Sobre a população negra, portanto, recai uma representação social, calcada no aspecto racial, de inferioridade intelectual e moral, que estigmatiza os membros desse grupo com relação aos aspectos que podem realizar na sociedade. Nem mesmo a solidariedade de classe pode ser excluída dessa relação, porque um negro pode trabalhar com pessoas brancas, exercer a mesma função, receber o mesmo salário, e ainda assim sofrer preconceito ou discriminação racial por parte de seus colegas brancos.

Somado a isso, as especificidades do racismo no Brasil, associado ao processo social e econômico do país no começo do século XX, propiciou o surgimento da ideologia do branqueamento que ao ser incorporada por parte da população negra, como forma de ascensão social, representou para o negro a rejeição de ser negro. Sob essa lógica, o negro tinha que rejeitar tudo ligado a “raça” negra. Seu próprio corpo deveria ser rejeitado, porque a cor da pele, o formato do nariz, a espessura dos lábios e o tipo de cabelos deveria

ser mais parecido com os das pessoas brancas. O branqueamento pode se reproduzir numa verdadeira neurose para o negro, visto que ao assumi-lo como forma de se realizar na sociedade capitalista, o negro tem que rejeitar sua cultura, sua gente, sua família e o seu próprio ser.

O racismo, portanto, é uma realidade concreta que está presente na concepção de mundo de diversas pessoas gerando os mais diferentes constrangimentos e obstáculos para a população negra na sociedade brasileira. A força do preconceito e da discriminação racial é um fator social de exclusão e diferenciação que, somado a desigualdade reinante no capitalismo brasileiro, demonstra que o problema da população negra não é apenas de classe, é um problema de classe e de raça.

Nessa perspectiva, a questão que se coloca é a seguinte: estarão os intelectuais marxistas em condições de lidar com essa situação, ou seja, trabalhar com a relação raça e classe dentro de uma conjuntura marcada pela hegemonia neoliberal e pós-moderna?

Para isso, os intelectuais marxistas terão que rever suas posições epistemológicas e políticas com relação a questão racial, abandonando o viés economicista de que a classe resolve todos os problemas dos negros, e inserir nos seus objetos de estudos e na sua ação política diversas bandeiras do movimento negro. Mas isso não deve ser feito apenas como estratégia política para atrair a população negra, pois seria trocar determinismo economicista por um determinismo oportunista. Como Gramsci nos ensinou, para sua inserção nessa luta social esse intelectual deve não apenas *saber* as demandas de fundo racial da população negra, há que também *compreender* e *sentir* o quanto isso é importante para negros. Isso requer que esse intelectual esteja aberto a entender e atuar sobre as novas condições de relações sociais e lutas sociais, abertas com a hegemonia neoliberal e pós-moderna.

Gramsci sustenta que um intelectual para atuar de forma orgânica junto a classe ou ao grupo social que está ligado, deve estar ciente das condições econômicas, sociais, políticas e culturais de sua época, porque ao defender uma certa concepção de mundo essa não pode estar deslocado do seu tempo histórico, visto que: “[...] A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e “originais” em sua atualidade” (GRAMSCI, 1999, p.94). Essa proposição de Gramsci aponta que o intelectual marxista deve aprofundar e rever as formas conhecimento sobre a realidade social, procurando entender como a hegemonia pós-moderna e neoliberal se deu e se renova no capitalismo atual. Deve, assim, estar

atento aos “novos” processos de sociabilidade, as “novas” formas de atuação sobre as questões sociais e aos “novos” atores sociais como os denominados “empresários de novo tipo”, para poder estabelecer a crítica consistente sobre esses processos. Por outro lado, isso demanda que o intelectual marxista também terá que ter uma leitura, desprovida de dogmatismo e mecanicismo, sobre como as “novas formas” de obtenção de consenso atraíram membros da classe trabalhadora e das classes subalternas para a concepção de mundo dos setores dominantes, para tentar resignificá-las no âmbito de um projeto contra-hegemônico. Com Semeraro defende:

Em tempos pós-modernos, os intelectuais “orgânicos” não se tornaram obsoletos, mas encontram-se diante de novas tarefas. Como nunca, precisam aprender com Gramsci a difícil arte de lidar com a diversidade sem cair no relativismo, de lutar contra os dogmas sem deixar de buscar a verdade, de respeitar a particularidade sem se pulverizar, de construir a unidade sem transformá-la em uniformidade, de realizar a democracia popular contra os simulacros pós-modernos. Se essas considerações estiverem certas, torna-se necessário pensar também novos partidos com dimensões éticas e políticas capazes de “fundar novos Estados” (idem, *ibid.*, p. 1.111). (SEMERARO, 2006, p.388)

Isso possibilitará que esse intelectual atue junto aos grupos sociais, fragmentados pela proposta pós-moderna e neoliberal, a partir de suas demandas específicas e da questão de classe que os une, procurando cimentar um processo de contra-hegemonia. Por exemplo, o intelectual marxista poderá atuar junto aos membros do movimento negro procurando elevá-los a um outro patamar da luta social, saindo do aspecto econômico-corporativo que se encontram, devido sua inserção na lógica pós-moderna e neoliberal de resolução dos problemas sociais, para um momento superior no conjunto das correlações de forças, no qual se percebe que a luta requer uma união com outros grupos sociais subalternos que: “[...] da unidade de fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’” (GRAMSCI, 2001, p.42). Por isso, concordamos com Coutinho de que mais do que nunca a importância da ação política desse tipo de intelectual se faz presente:

[...] mudou a morfologia dos intelectuais, assim como mudou a morfologia do mundo do trabalho, mas – em ambos os casos – permanecem as funções sociais destes grupos. Os intelectuais continuam a ser tão importantes hoje na produção da hegemonia e da contra-hegemonia quanto o eram na época de Gramsci e nos gloriosos anos de 1960 (COUTINHO, 2008, p. 332).

No entanto, o tratamento da questão racial no âmbito dos novos movimentos sociais, coloca o intelectual marxista diante não apenas *saber e compreender* que o racismo, mesmo não sendo a determinação central, é uma determinação fundamental para se entender os problemas do negro na sociedade brasileira. Para alguns intelectuais marxistas talvez o mais complicado do que assumir essa posição, seja lidar com temas como “diferença”, “identidade”, “empoderamento”, “cultura negra” e outros específicos da questão racial. Como a luta contra o racismo passa pela destruição da representação social que a ideologia racista plasmou na sociedade com relação ao negro, inclusive entre parcelas da própria população negra, o intelectual marxista tem que compreender que esses temas são importantes instrumentos da ação política, pela valorização da raça negra e da conscientização dos negros perante a questão racial. Mas, ao contrário dos pós-modernos, deve trabalhar esses temas relacionando com as outras questões que formam a totalidade social que oprime e explora a população negra, como podemos deduzir dessa colocação de Coutinho:

[...] Gramsci sabia, de resto, que a universalidade concreta se alimenta da diversidade e da pluralidade. Mas falta frequentemente nos chamados estudos culturais, no multiculturalismo e também nos estudos femininos e ecológicos uma visão universal, uma busca da totalidade, que me parecem estar presentes no marxismo e, particularmente, no marxismo de Gramsci. O reconhecimento das diferenças não pode se opor à afirmação da totalidade. (COUTINHO, 2008, p. 336)

Para terminar, gostaria de dizer que apesar de estarmos vivendo um período de refluxo das do sonho socialista como forma de se modificar o mundo e das nossas perplexidades sobre como podemos voltar a gestar essa utopia como fermento social das lutas sociais, diria duas coisas. A primeira é que contradições do capitalista continuam mais forte do que nunca, como atesta a concentração de renda cada vez mais aviltante, e a expansão crescente da pobreza e da miséria resultante desse processo. A segunda é que não devemos desprezar as lutas sociais da nossa realidade atual, pois como citou Coutinho:

O que devemos repensar e discutir é a questão do sujeito revolucionário, o sujeito capaz de operar transformações. A meu ver, esse sujeito situa-se ainda no mundo do trabalho, mas não é mais a classe operária fabril, como Marx pensava. Temos que estudar a nova morfologia do trabalho e também os vários movimentos sociais que, sem provirem do mundo do trabalho, colocam demandas que chamo de radicais, como são os casos dos movimentos feministas e ambientalista, para citar dois exemplos. São sintomas de que as coisas podem recomeçar para nós. Precisamos recomeçar de novo, com a modéstia de quem perdeu uma batalha, tanto no sentido político quanto no sentido

cultural, mas com a convicção de que o resultado da guerra não está decidido. (COUTINHO, 2008, p.317)

Creio que o movimento negro possa ser colocado no trecho acima e cabe a nós, intelectuais marxistas, agirmos *tanto no sentido político quanto cultural*, para trabalhar para que tal fato possa se tornar uma realidade.

BIBLIOGRAFIA

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci; um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Intelectuais, luta política e hegemonia cultural. (In) MORAES, Denis. *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

_____. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. (In) NEVES, Lúcia Maria Wanderley e LIMA, Júlio César França (org.). *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes e Mobilizações civis no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, Vol. 1: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do Cárcere, Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere, Vol. 3: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3º Ed, 1987.

_____. O negro e o socialismo. (In) *O Negro e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2005,

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica do padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez Editora, 2002

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTOS, Gevanilda. A luta contra o racismo na esquerda brasileira. (In) *O Negro e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SEMERARO, Giovani. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. (In) Campinas: *Cad. Cedes*, vol. 26, n. 70, 2006.

Wood, Ellen Meiksins, O que é a agenda pós-moderna? (In) Wood, Ellen Meiksins (Org). *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006.